

Os efeitos da GAZETA MERCANTIL CPI sobre o novo orçamento

por Beth Cataldo (*)
de Brasília

A CPI do Orçamento ainda rastreia as provas necessárias para punir os parlamentares acusados de corrupção. Mas as investigações desencadeadas nas últimas semanas já produziram efeitos concretos para a formulação de um novo modelo de Orçamento Geral da União, a ser testado já na votação da proposta orçamentária do próximo ano e aprimorado nas mudanças previstas na Constituição.

A socióloga e historiadora Aspásia Camargo, presidente do IPEA, o instituto que aspira resgatar as atividades de planejamento no Executivo, identifica "nos recursos sem destino preciso", como os reservados à saúde e à educação, uma fonte poderosa de proliferação das "quadrilhas políticas" que estão sendo detectadas pela CPI do Orçamento.

A sua receita para superar as "humilhações" — como ela qualifica a avalanche de denúncias de corrupção absorvidas pela opinião pública nos últimos anos — inclui também a prática efetiva do federalismo econômico e o estabelecimento de mecanismos de controle da aplicação dos recursos públicos.

Os estudos realizados pelo IPEA apontaram a existência de municípios que se situam "abaixo da linha de pobreza", de acordo com a definição que Aspásia Camargo toma emprestado a municípios que dependem dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, distribuídos pela União, para a cobertura de mais de 50% de seus gastos correntes. E que, "isolados e indefesos", segundo a identificação da presidente do IPEA, tornam-se presas fáceis de articulações irregulares oferecidas por parlamentares para a conquista de mais verbas federais.

A proposta que o IPEA preparou para ser apresentada na revisão constitucional prevê a criação de "consórcios de municípios", que estimulariam a parceria política e econômica entre municípios de pequeno porte para viabilizar programas de interesse regional. Essa proposta insere-se dentro da preocupação de Aspásia Camargo de fortalecer o federalismo econômico, completando um processo esboçado na Constituição de 1988 de descentralização do Estado.

O impacto das denúncias de corrupção não se restringe às propostas que encontrariam acolhida ideal no processo de revisão constitucional, com que ainda conta a equipe econômica. O relator-geral do Orçamento da União neste ano, deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP), já deixou claro que pretende alterar o rito tradicional de

(Ver página 6)

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), ex-ministro da Ação Social durante o governo Collor, depôs ontem na CPI que investiga irregularidades na Comissão Mista de Orçamento. Em seu depoimento, que durou mais de dez horas, ele negou todas as acusações de que tenha manipulado verbas do Orçamento e afirmou que apresentará documentos para justificar o seu aumento de patrimônio nos últimos anos.